

# EFEITOS INSTITUCIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DOS PARTIDOS

## O DESEMPENHO ELEITORAL DOS LIBERAIS NA FRANÇA E NA ALEMANHA DE ENTRE-GUERRAS

Marcus Kreuzer

Institute on Western Europe, Universidade de Columbia, EUA

A capacidade dos partidos políticos se adaptarem às situações de rápida mudança política é um tema que tem merecido pouca atenção na literatura sobre os partidos. Esta literatura estuda os partidos quer numa perspectiva sociológica, como sendo automaticamente transformados pelas mudanças socio-económicas, quer na perspectiva da teoria da escolha racional, segundo a qual os partidos se adaptariam da forma mais completa possível às mudanças de ambiente. Nenhuma das abordagens presta suficiente atenção às tomadas de decisão internas dos partidos e aos seus efeitos na sua capacidade de inovação<sup>1</sup>. Este artigo compara o Parti radical (Partido radical, Radicais) com o Deutsche Demokratische Partei (Partido Democrático Alemão, DDP) e com o Deutsche Volkspartei (Partido Popular Alemão, DVP) durante o período de entre-guerras, a fim de demonstrar de que forma os mecanismos eleitorais podem explicar de forma sistemática as suas diferentes capacidades de inovação.

A comparação dos Liberais franceses com os alemães levanta uma questão interessante acerca da capacidade dos partidos se adaptarem a circunstâncias políticas em rápida mudança. Depois de terem ganho 23 por cento dos votos, o apoio ao DDP e ao DVP caiu drasticamente para 16 por cento em meados dos anos 20, e para 2,2 por cento em 1932. O Parti radical, por outro lado, só perdeu uma parte reduzida do seu apoio eleitoral. A sua quota de votos de 20-25 por cento de antes da guerra desceu gradualmente durante o período de entre-guerras até aos 17-18 por cento dos anos 30.

Esta acentuada divergência no desempenho eleitoral dos Liberais franceses e alemães reflecte as diferentes respostas desses partidos a duas alterações contextuais bastante semelhantes: na longa duração, a mudança da política de notáveis para a política de massas, e, no curto prazo, os conflitos distributivos criados pela inflação do pós-guerra. Ao contrário do DDP e do DVP, o Parti

radical soube reorganizar-se e adaptar essa nova organização ao ritmo crescente da política de massas. Esta capacidade de resposta permitiu aos Radicais concorrer às cada vez mais polarizadas e profissionalizadas eleições de entre-guerras de uma forma mais eficaz do que os Liberais alemães. O Parti radical lidou igualmente de melhor forma com as consequências distributivas da inflação na sua base de apoio político. A sua plataforma económica respondeu de uma maneira muito mais equitativa do que a dos Liberais alemães às preferências divergentes, sobre quando e como deflacionar, que existiam entre os ricos e bem organizados industriais e os eleitoralmente importantes mas desorganizados votantes de classe média dos três partidos. Em resultado disto, os Radicais protegeram melhor o seu eleitorado de classe média do que o DDP e o DVP.

Em termos teóricos devem ser considerados três factores na explicação das diferentes opções programáticas e organizacionais feitas pelos Liberais franceses e alemães perante condicionantes estruturais semelhantes, ainda que não idênticas. Em primeiro lugar, requer atenção o mutante contexto socioeconómico, para se perceber como é que condicionou as acções dos partidos e como é que a sua semelhança em França e na Alemanha permite eliminá-lo como variável sistemática. Em segundo lugar, os partidos políticos devem ser tratados como actores colectivos integradores de diferentes grupos com preferências distintas, mais do que como entidades unitárias. O que é necessário estudar é a forma como os equilíbrios políticos entre esses grupos condicionam a capacidade dos dirigentes partidários em responder às preferências dos eleitores.

Em terceiro lugar, as instituições constituem a variável sistemática para explicar o comportamento eleitoral dos Liberais franceses e alemães. Ambos os países tinham o sistema eleitoral de duas voltas antes de 1918. A França continuou com esse sistema após 1918, enquanto a República de Weimar adoptou um sistema com uma das mais puras formas de representação proporcional alguma vez usada. Os mecanismos eleitorais destes dois sistemas afectaram directamente os equilíbrios políticos internos dos partidos e os incentivos para os políticos liberais inovarem o seu estilo político. Determinaram os recursos e meios de que os partidos precisavam para interagir com os eleitores. Os custos das transacções eleitorais desempenharam um papel central na capacidade dos partidos liberais modernizarem a sua infra-estrutura logística e preservarem a sua autonomia financeira face aos grupos de interesse económicos. Os mecanismos eleitorais também influenciaram o grau de incerteza que os candidatos enfrentavam no seu recrutamento. Esta incerteza na carreira política mostrou ser um factor crucial na capacidade dos grandes empresários influenciarem com as suas contribuições financeiras os resultados políticos. Finalmente, os mecanismos eleitorais determinaram o grau de *voto estratégico*. Mostraremos que o *voto*

*estratégico* influenciou a disposição dos Liberais para inovarem as suas práticas eleitorais e a capacidade das classes médias traduzirem a sua superioridade numérica no mercado eleitoral numa influência suficientemente poderosa para contrabalançar o *lobbying* dos grupos de interesses económicos no interior dos partidos.

### 1. *Desafios e escolhas programáticas e organizacionais.*

Ao defendermos que a política interna dos partidos liberais teve importantes consequências eleitorais, estamos a partir do princípio de que as suas tomadas de decisão internas eram relativamente autónomas das circunstâncias socioeconómicas a que respondiam. Esta autonomia pode ser demonstrada pelo facto de as escolhas organizacionais e programáticas dos Liberais franceses e alemães terem sido diferentes diante da política de massas e da economia do pós-guerra dos dois países.

*Política de massas.* A mudança de uma política de notáveis para uma política de massas envolveu uma transformação qualitativa fundamental da política eleitoral. A política de massas iniciou-se nos dois países com a consagração plena do sufrágio universal masculino em 1870-71 e com a industrialização após a década de 1880, e transformou as bases legais, sociais e organizacionais da política eleitoral. Confrontava os Liberais franceses e alemães com exigências semelhantes na modernização das suas infra-estruturas logísticas, de forma a poderem concorrer com opositores mais bem organizados, e na adaptação das suas práticas eleitorais à natureza cada vez mais partidarizada das disputas eleitorais. Os Liberais franceses e alemães tentaram responder às exigências da política de massas, embora muitas vezes sem grande convicção. Continuaram fiéis à política de notáveis tanto quanto podiam, e cederam à política de massas o mínimo necessário (Nipperdey, 1961; Sheehan, 1978; Berstein, 1980; Bardonnnet, 1960).

A Primeira Guerra Mundial ampliou os desafios logísticos da política de massas, mas pouco contribuiu para os alterar. Contribuiu, antes de tudo, para o colapso organizacional dos partidos liberais, cuja organização deixou de funcionar durante a guerra. A primeira tarefa que se impunha aos Liberais era, portanto, o restabelecimento de delegações partidárias locais, a revitalização dos jornais partidários e o recrutamento de novos candidatos. Esta não era tarefa fácil, pois muitos dos antigos activistas haviam morrido na guerra e a maior parte das pessoas estavam mais preocupadas com a sua sobrevivência económica.

A Primeira Guerra Mundial acelerou os desafios organizacionais que a polí-

tica de massas colocava aos partidos liberais. A economia de guerra conduziu à rápida consolidação organizacional de grupos de interesse económicos e ao estabelecimento de acordos corporativos. Esta nova economia política, por sua vez, requeria dos partidos políticos o melhoramento das suas capacidades organizativas através da modernização das suas infra-estruturas logísticas e dos seus mecanismos de governação (Maier, 1975). Além disso, a propaganda do tempo de guerra, a experiência da frente e o Tratado de Versalhes provocaram emoções políticas e sentimentos nacionalistas que diminuíram a já limitada atracção de antes da Guerra pelos temas do *laissez-faire*, culturais e constitucionais dos Liberais, bem como a eficácia do seu estilo de política racional e deliberativa. A Primeira Guerra Mundial terá assim posto ainda mais em causa a relação eleitoral personalizada entre os notáveis liberais e os seus eleitores, exigindo aos partidos liberais que acelerassem a expansão da sua infra-estrutura logística e a modernização das suas práticas eleitorais.

Os desafios logísticos da política de massas e a Primeira Guerra Mundial provocaram reacções muito diferentes nos Liberais franceses e alemães. O Parti radical rapidamente reconstruiu a sua organização, e em meados dos anos 20 começou a imitar algumas das características organizativas dos partidos socialistas. Procurou demarcar-se dos socialistas através do aprofundamento do seu perfil ideológico e adoptou também um estilo de campanha mais moderna e militante. O DDP e o DVP tiveram algum sucesso inicial na reorganização das suas infra-estruturas logísticas. Rapidamente, no entanto, as suas organizações ruíram e no final dos anos 20 ambos os partidos «eram já pouco capazes de executar as suas tarefas mais importantes, como fazer campanhas, formular programas e recrutar membros jovens...» (Albertin, 1981, pp. 57-58). O DDP e o DVP não tentaram adaptar o seu estilo antiquado de política de notáveis às disputas eleitorais mais nacionalizadas e militantes dos anos de entre-guerras.

*Inflação do pós-guerra.* Outra divergência na reacção a circunstâncias históricas semelhantes pode ser observada nas políticas económicas dos Liberais no pós-guerra. Estas políticas vinham responder a três heranças inflacionárias deixadas pela Primeira Guerra Mundial. Em primeiro lugar, os baixos impostos sobre o rendimento e sobre as empresas exigiam que os governos francês e alemão cobrissem os custos da guerra e da reconstrução (que eram especialmente elevados em França) com a emissão de títulos de dívida pública, com empréstimos no estrangeiro e com a emissão de moeda. Os défices orçamentais resultantes e o aumento da oferta monetária erodiram o valor interno e externo da moeda (Schuker, 1976, p. 36; Maier, 1975). Em segundo lugar, os ganhos eleitorais dos partidos socialistas no pós-guerra, e em particular o aumento do nú-

mero de inscrições nos sindicatos, criaram pressões no sentido de maiores despesas com a segurança social, tornando as velhas ortodoxias deflacionistas, com a sua ênfase nos impostos baixos e no corte das despesas governamentais, politicamente menos exequíveis (Maier, 1975). «Pela primeira vez na história os trabalhadores eram cada vez mais os opositores políticos dos detentores do capital, iniciando uma ‘guerra de atrito’, ou seja, um conflito prolongado acerca das políticas económicas que presumivelmente contribuiriam para a inflação e a depreciação da moeda» (Simmons, 1994, p. 28). Em terceiro lugar, as reparações exigidas pelo Tratado de Versalhes faziam aumentar as pressões inflacionárias. Na Alemanha o pagamento das reparações contribuiu para agravar o défice orçamental. Da mesma forma prejudicou a vontade política do governo de controlar a inflação, permitindo pagar as detestadas reparações com moeda desvalorizada (Maier, 1987, p. 203). Em França, a expectativa das reparações alemãs, que nunca se materializaram, contribuiu para criar problemas orçamentais, ao induzir o governo a adiar cortes há muito necessários nas despesas públicas (Schuker, 1976, p. 41; Haig, 1929, p. 101).

Estas heranças inflacionárias da Guerra tiveram consequências significativas no comportamento eleitoral dos partidos liberais francês e alemães. Estas consequências são normalmente analisadas através da correlação da taxa de inflação com a taxa de deserção dos eleitores liberais. A hiperinflação da República de Weimar torna-se assim a condição suficiente para o colapso do DDP e do DVP. Esta linha de inquérito, baseada numa estrita correlação económica, é insuficiente por três razões.

Em primeiro lugar, não explica por que razão a perda do valor interno e externo do franco não prejudicou a base eleitoral dos Radicais. A inflação em França nunca igualou a hiperinflação da Alemanha, mas em 1922 era suficientemente alta para se transformar na questão económica central nas eleições de 1924 e 1928. Durante este período o índice francês de preços de retalho subiu cinco vezes, enquanto o franco perdeu muito do seu valor em relação à libra e ao dólar americano (Schuker, 1976, p. 73; Keiger, 1997, pp. 313-20; Paxton, 1997, p. 33). Paxton lembra que «*La vie chère* [custo de vida alto] é em todo o lado recorrente no comentário político e económico do período de entre-guerras» (Paxton, 1997, p. 33). Além disso, já em 1922 Stresemann estava «muito consciente do efeito desintegrador que a inflação tinha sobre a base predominantemente de classe média do seu partido» (Jones, 1988, p. 182). A inflação alemã terá assim corroído o apoio eleitoral liberal muito antes de ter entrado numa espiral incontrolada em 1923-24.

Em segundo lugar, a inflação não é um indicador económico objectivo e tem também causas não-económicas e políticas que poderiam ser os determinantes mais relevantes no comportamento eleitoral (Maier, 1975, Simmons, 1994).

Em terceiro lugar, as taxas de inflação dizem-nos pouco acerca das políticas deflacionistas que os partidos acabariam por adoptar e pelas quais os eleitores avaliariam o seu comportamento. Ou seja, as consequências eleitorais da inflação não podem ser apenas inferidas das suas taxas, requerendo uma análise de como os partidos lhe responderam nos seus programas económicos.

Os programas deflacionistas dos Liberais alemães e franceses foram moldados pelos equilíbrios políticos internos que existiam nos partidos entre os grandes empresários e a classe média. A inflação criara preferências muito diferentes entre estes dois actores sobre quando e como deflacionar e contribuía assim para um conflito distributivo entre as próprias fileiras dos liberais, tanto quanto para a generalidade da sociedade francesa e alemã (Maier, 1975, p. 510; Jones, 1988, p. 163). Como Jones refere, a inflação «sobrepôs um modelo de conflito social e económico sobre as divisões políticas e ideológicas que já haviam aflorado nos partidos liberais alemães, com o resultado de o seu potencial integrativo, já comprometido por factores não relacionados com a inflação, ficar ainda mais enfraquecido» (Jones, 1988, p. 163).

Este conflito distributivo interno aos partidos tinha linhas da frente semelhantes em todos os três partidos, apesar das diferenças nacionais nas taxas absolutas de inflação. Cada partido tinha significativos apoios industriais. O Parti radical era apoiado pela Union des Interêts Economiques (UIE) e pelo Comité Masceraud, e o DDP e o DVP eram apoiados pelo Kuratorium e pela Comissão para o Fundo de Campanha Industrial. Estes grupos de interesses beneficiaram de várias maneiras com a inflação e eram ou indiferentes ou vagamente opositores às políticas deflacionistas. A inflação permitia aos governos o pagamento dos títulos de dívida do tempo da guerra, das dívidas externas e, na Alemanha, das reparações com dinheiro desvalorizado, reduzindo a necessidade de aumentar os impostos sobre as empresas (Maier, 1975, p. 490; id., 1987, p. 203). Como Maier realça, «a inflação em si tornou-se um método de aplicação de impostos. Reduziu os ganhos reais das famílias de forma que através da emissão de nova moeda o governo podia exigir uma quota parte do rendimento nacional» (Maier, 1975, p. 358). A inflação também permitiu às empresas o uso de dinheiro desvalorizado para pagamento de dívidas e impostos anuais. Diminuiu os custos da mão-de-obra, em especial em França, onde os trabalhadores estavam demasiado enfraquecidos para lutarem por uma indexação dos salários (Maier, 1975, p. 361; id., 1987, pp. 203-4). Enquanto a inflação não estivesse fora de controlo, tornando as transacções económicas demasiado imprevisíveis, os grupos empresariais tinham poucos incentivos ao apoio de políticas deflacionistas que acarretassem o risco de contrair a economia.

Os sectores da classe média que apoiavam os partidos liberais tinham

preferências em política económica diametralmente opostas às do empresário. Defendiam acerrimamente a deflação e a revalorização da moeda para o nível de paridade com o ouro anterior à guerra (Simmons, 1994, pp. 22-50). A defesa da deflação era particularmente forte entre rendeiros, pensionistas, detentores de títulos de dívida pública e todos os que obtinham uma parte substancial dos seus rendimentos através de bens líquidos (Schuker, 1976, p. 73; Maier, 1975). Funcionários e empregados assalariados estavam igualmente demasiado mal organizados para forçar os empregadores a indexarem os seus salários. Não tinham a mesma redução fiscal que os industriais, pois pagavam os impostos através de deduções mensais nos seus ordenados. Finalmente, a inflação atingiu os pequenos comerciantes que pagavam aos grossistas em dinheiro, mas que necessitavam de conceder crédito aos consumidores (Maier, 1975, p. 361).

Em resposta a este conflito distributivo semelhante, os partidos liberais franceses e alemães escolheram programas económicos muito distintos. Por agora bastará salientar que essas políticas reflectiam a diferente influência política que os empresários obtinham com as suas contribuições financeiras e que a classe média obtinha com os seus votos em França e na Alemanha. As políticas deflacionistas do DDP e do DVP iam muito mais ao encontro das preferências dos grandes empresários do que dos eleitores da classe média. Os dois partidos perderam a sua autonomia política para os interesses económicos e tornaram-se cada vez mais incapazes de responder às preferências dos seus eleitores. Em França, pelo contrário, o Parti radical logrou distribuir de forma mais equitativa os custos da estabilização. Maier concluía que «as empresas francesas que beneficiavam da (...) inflação nunca poderiam impor a mesma política de paralisia fiscal da Alemanha» (Maier, 1975, p. 509). Dever-se-á entretanto notar que estes diferentes resultados não podem ser apressadamente atribuídos à maior coesão organizativa dos grupos económicos alemães em relação aos seus congéneres franceses, visto que a vantagem organizativa dos primeiros seria ofuscada pela também maior força dos sindicatos de colarinhos brancos e associações profissionais do país<sup>2</sup> (Jones, 1988, pp. 178-79). As implicações eleitorais das diferentes respostas são bastante óbvias. O DDP e o DVP rapidamente se tornaram conhecidos como *Bonzenpartei* (partidos dos capitães da indústria), cujos eleitores desertaram primeiro para os vários novos partidos defensores de interesses particulares e depois para o NSDAP (Jones, 1985, pp. 23-27). O Parti radical, pelo seu lado, evitou tal sorte ao permanecer o partido do «homem simples». Para explicar estas diferentes implicações eleitorais temos que analisar de que forma os mecanismos eleitorais francês e alemão determinaram a capacidade dos empresários e dos eleitores de classe média traduzir os respectivos recursos – dinheiro e votos – em influência política.

## 2. Custos de transacção eleitoral e grau de mudança organizativa.

As escolhas organizativas têm implicações eleitorais consideráveis porque afectam a capacidade de um partido mobilizar recursos, coordenar estruturas locais e nacionais e desenvolver campanhas eleitorais (Katz, 1980, pp. 30-31; Duverger, 1951, pp. 289-380). As divergências nestas escolhas reflectem os custos de transacção eleitoral muito diversos enfrentados pelos partidos liberais franceses e alemães depois de 1918. Na República de Weimar, a maior dimensão física das circunscrições eleitorais, as eleições presidenciais, os referendos e os períodos parlamentares variáveis aumentavam os custos da transacção eleitoral. Ao multiplicar o número de disputas eleitorais e ao nacionalizar os seus objectivos e preocupações, estes mecanismos eleitorais exigiam maiores recursos financeiros e infra-estruturas logísticas mais profissionalizadas, e acabariam por fazer aumentar a dependência do DDP e do DVP de contribuintes financeiros externos. Além disso, a velocidade a que estas exigências organizativas mudaram elevaram em muito a medida em que o DDP e o DVP teriam que se inovar. Em França, pelo contrário, a reduzida dimensão territorial dos círculos eleitorais, os períodos parlamentares fixos, a presidência não-eleita e a ausência de referendos moderaram os custos de transacção eleitoral e limitaram as exigências de adaptação organizativa à política de massas. A relação eleitoral pessoal e local dos políticos radicais tornou-se obsoleta a um ritmo muito mais lento do que na Alemanha e, por essa razão, facilitou a tarefa de aperfeiçoamento organizativo do Parti radical.

Os custos de transacção eleitoral mais elevados na República de Weimar exigiam um salto organizativo tal que não deram qualquer oportunidade ao DDP e ao DVP de gradualmente reconstruírem e modernizarem as suas organizações. A triplicação do tamanho físico dos círculos de 36 mil para 1 200 000 eleitores, a realização de eleições legislativas todos os vinte meses e de eleições presidenciais todos os sete anos fizeram de súbito aumentar os custos operativos e as despesas de campanha dos dois partidos. Pollock reconheceu este efeito: «Há mais material impresso a ser distribuído na Alemanha do que em qualquer outro país. Há mais reuniões a realizarem-se do que em qualquer outro país. Apenas uma campanha presidencial americana ultrapassa uma campanha para o Reichstag alemão no volume de despesas com material de propaganda na imprensa e em cartazes» (Pollock, 1932, p. 219). Estes enormes custos levaram um dirigente do DDP a lamentar que era impossível «sem dinheiro, sem imprensa partidária e sem organização sobreviver *num tal sistema eleitoral*» (Matthias e Morsey, 1960, 58n; *italico meu*). Além disso, a grande dimensão física dos círculos e as eleições presidenciais, ao nacionalizarem a política eleitoral, exigiam

técnicas mais modernas de mobilização do eleitorado. Exigiam que o DDP e o DVP se dirigissem a grupos específicos com políticas claras e que usassem técnicas modernas de publicidade e de propaganda. Acima de tudo, os elevados custos da transacção eleitoral faziam diminuir a eventual eficácia que os políticos liberais tivessem assegurado através da sua reputação individual e das redes pessoais locais antes da guerra.

Os esforços iniciais do DDP e do DVP em fazer face aos elevados custos da transacção eleitoral produziram alguns resultados. Em 1919 o DDP recrutou 900 mil membros (15 por cento dos seus votos), contratou 130 funcionários a tempo inteiro e criou comités locais. Estes comités locais estavam habilitados a organizar acontecimentos sociais regulares para os seus membros e a transportar os apoiantes mais velhos e doentes às mesas de voto (Portner, 1965, pp. 152-54). O DVP mostrou-se menos entusiástico do que o DDP na criação de uma organização de massas. Não obstante, entre 1919 e 1920 aumentou o número de sedes locais de 1063 para 2181, os seus funcionários a tempo inteiro passaram de 91 para 161 e os seus militantes de 258 mil para 395 mil (Jones, 1988, pp. 75-76).

O DDP e o DVP não podiam aguentar estes êxitos iniciais porque lhes faltava a capacidade para mobilizar internamente os recursos necessários. Em meados dos anos 20 o DDP havia perdido metade dos seus militantes e o executivo nacional do partido disputava com os comités locais a distribuição das quotas mais reduzidas pagas pelos seus membros. Em 1924 estas quotas significavam apenas 5 por cento do orçamento do partido (Schneider, 1978, p. 70). O declínio financeiro do DVP foi menos pronunciado porque a parte dos seus fundos proveniente de quotas era mais pequena. Mas, tal como o DDP, cedo teve que proceder a cortes no seu pessoal administrativo e renunciar a uma maior expansão organizativa (Jones, 1988, pp. 165-66; Schneider, 1978, pp. 227-28; Albertin, 1981, pp. 44-45). Apesar destes contratemplos, os dois partidos realizaram repetidos esforços, ainda que inúteis, para consolidar as suas organizações e diminuir a sua dependência dos grupos de interesses económicos (Albertin, 1981, pp. 58-65; Jones, 1988, p. 97; id., 1974, p. 814). É de realçar que um desses esforços envolvia a defesa de um sistema eleitoral maioritário a uma volta com pequenos círculos uninominais (Schneider, 1978, pp. 147-49).

O efeito mais directo dos elevados custos de transacção eleitoral foi o aumento da dependência financeira do DDP e do DVP face aos grupos de interesses industriais. O Kuratorium, a organização política confederadora da indústria, deu contribuições consideráveis aos dois partidos. Mas estas contribuições não podiam ser usadas para reforçar a infra-estrutura logística central, pois o Kuratorium destinava-as regularmente a gastos de campanha ou distribuía-

-as por organizações regionais. Muito pouco das contribuições dos industriais era então usado pelo executivo nacional do partido para pagar funcionários, financiar jornais ou cobrir despesas correntes (Jones, 1988, pp. 189-90; Albertin, 1972, pp. 182-90).

Os grupos de interesses industriais usavam o seu poder financeiro para ganhar influência sobre cada vez mais aspectos da organização do DDP e do DVP. Em 1919, por exemplo, a situação financeira de seis associações regionais do DVP (em 35) tornou-se tão desesperada que o industrial Vogler, juntamente com a Comissão para o Fundo da Campanha Industrial, assumiu o seu controlo (Jones, 1988, p. 52). Em 1920 as dificuldades financeiras forçaram o DDP a aceitar um conselho económico especial (Reichsausschuss für Handel, Industrie und Gewerbe) que unia todos os contribuintes industriais e sobre o qual o executivo do partido não detinha qualquer controlo (Jones, 1988, p. 98; Albertin, 1972, pp. 192-93). Siemens, o director do Kuratorium, queixava-se a um dirigente do DDP que o partido não tinha, como delicadamente dizia, sabido compreender os assuntos económicos e comerciais e indiciava que o Kuratorium estava a planear «educar o partido» com a redução do seu apoio financeiro (Albertin, 1972, p. 185). Esta dependência financeira constringia muito a autonomia política dos partidos liberais. Um dos dirigentes do DDP autocriticava-se notando que «um partido que não é financeiramente independente não pode fazer boa política» (Albertin, 1972, p. 187).

Os baixos custos de transacção eleitoral da Terceira República, por seu lado, facilitaram consideravelmente o trabalho de organização e modernização dos Radicais, ao mesmo tempo que limitaram a sua dependência da UIE ou do Comité Mascuraud. Os baixos custos de transacção eleitoral franceses explicam igualmente os esforços de reforma modestos e não totalmente sucedidos dos Radicais. Durante o início dos anos 20 o secretário-geral do partido, Edouard Herriot, centrou as suas energias políticas na reconstrução do partido. Procurou ressuscitar sedes locais e jornais partidários extintos durante a guerra. Tentou igualmente integrar de uma forma mais completa os comités locais em organizações departamentais (Berstein, 1980, pp. 160-61 e 182-83). Esta particular iniciativa organizacional era uma resposta ao novo e híbrido sistema eleitoral, cujos círculos de 123 mil eleitores eram sete vezes maiores do que os de antes da guerra. No fim, contudo, as exigências logísticas deste novo sistema eleitoral eram bastante mais modestas do que o sistema puro de representação proporcional de Weimar. A dimensão física dos seus círculos era ainda um décimo do dos de Weimar, e era vista como uma improvável solução de compromisso que não duraria muito. Em parte devido às suas implicações logísticas, os Radicais desprezavam o novo sistema eleitoral e faziam do regresso ao sistema velho uma

das suas principais prioridades políticas (Berstein, 1980, p. 163; id., 1982, pp. 83 e 90-91). Além disso, os comités departamentais criados por Herriot continuavam muitas vezes como organizações semipermanentes, em especial nas áreas rurais, que se baseavam no apoio dos notáveis e das delegações locais de associações cívicas, como a Ligue des Droits de l'Homme ou a Ligue de la République (Berstein, 1980, pp. 160-61 e 182-83; Lachs, 927, pp. 121-22).

O sistema eleitoral de 1919-24 significava assim apenas uma pequena e temporária descontinuidade nas instituições eleitorais francesas. O Parti radical não viveu aumentos dramáticos nos custos de transacção eleitoral visto que os seus custos operativos e as despesas de campanha permaneceram comparáveis com os níveis de antes da Guerra. Com 18 mil eleitores (após 1924), a dimensão dos círculos franceses era sessenta e seis vezes mais pequena do que a dos círculos alemães, e os seus períodos parlamentares fixos significavam que os Radicais enfrentavam eleições apenas todos os quatro anos e três meses. Estes custos de transacção eleitoral modestos e imutáveis limitavam a necessidade de inovação organizacional e abrandavam o ritmo a que a política de notáveis se tornava obsoleta. Os Radicais, por exemplo, conseguiram preservar melhor a sua força nos distritos rurais do que nos urbanos. Os distritos rurais eram menos afectados pela crescente nacionalização e colectivização da política eleitoral e permitiram a continuada confiança nas redes pessoais e locais. Nestes distritos as sanções pessoais e as velhas amizades permaneceram meios eficazes de mobilização dos eleitores (Florin, 1974, pp. 238-39; Berstein, 1978, pp. 77-88; id., 1980, pp. 293-302). O Parti radical teve assim que adaptar a sua infra-estrutura logística e as suas práticas eleitorais apenas à política de massas e não à mudança abrupta de exigências institucionais.

A reconstrução bem sucedida do Parti radical levada a cabo por Herriot foi seguida do esforço de Daladier para o modernizar. Em 1927 Daladier foi eleito secretário-geral do partido com um mandato explícito dos militantes de base para reorganizar o partido segundo o modelo de mobilização de massas dos socialistas. Consolidou a estrutura administrativa através do reforço das federações departamentais e da integração mais directa dos comités locais nas delegações regionais. Criou igualmente várias organizações subordinadas para alargar a militância e melhorar a capacidade de mobilização eleitoral do partido (Berstein, 1982, p. 83). Em 1929 as reformas organizativas de Daladier levaram um deputado a declarar: «Ontem, várias secções do Parti radical eram meros comités unidos em torno de um deputado eleito. [...] Hoje o partido tornou-se num partido organizado com estatutos que eram... aplicados e que eram menos flexíveis que os seus predecessores» (Berstein, 1982, pp. 92-93).

Os baixos custos de transacção eleitoral tornaram-se mais visíveis nos limi-

tados recursos que o Parti radical teve que mobilizar. O partido nunca foi muito agressivo no recrutamento de membros. Tinha, conseqüentemente, uma adesão moderada mas estável de 100 mil pessoas (Bardonnnet, 1960, pp. 51 e 190). As quotas pagas pelos membros eram insuficientes para a manutenção de uma grande administração partidária ou de jornais fortemente subsidiados. Os Radicais não podiam, por isso, passar sem o apoio de grupos como a UIE ou o Comité Mascraud, que ajudavam a cobrir as suas despesas operativas e custos de campanha (Berstein, 1980, pp. 157-58). No entanto, os baixos custos da transacção eleitoral limitavam a escala destas contribuições financeiras. Entre os contribuintes mais importantes dos Radicais figuravam, por exemplo, os cervejeiros e os destiladores. A sua contribuição consistia em fornecer bebidas alcoólicas baratas durante as campanhas e pressionar os taberneiros locais a negar aos opositores dos Radicais o uso dos seus estabelecimentos para reuniões políticas (Bardonnnet, 1960, p. 258). As doações financeiras eram menos essenciais na Terceira República porque os baixos custos da transacção eleitoral preservavam a eficácia das redes pessoais informais. Através destas redes, os políticos locais podiam fornecer aos políticos nacionais importantes recursos não-financeiros, apoiando-os, mantendo-os informados acerca de assuntos locais, providenciando transporte gratuito ou facilitando o uso gracioso de auditórios públicos.

Finalmente, deve ser salientado que a formação de alianças políticas entre as duas voltas das eleições ajudava os Radicais a reduzir os custos das duas disputas eleitorais. Normalmente os cabeças de lista tentavam convencer os candidatos inexperientes a desistir e a apoiá-los na segunda volta. A lógica desta estratégia estava na acumulação de votos através de uma pouca custosa negociação extra-eleitoral. A negociação era pouco custosa porque os departamentos locais discutiriam as desistências em vários círculos. Ocasionalmente era necessário recorrer a pagamentos clandestinos, através do reembolso das despesas de campanha dos candidatos que desistiam (Larmour, 1964, pp. 46-48). Esta estratégia de acumulação de votos beneficiava particularmente os Radicais, que usavam a sua posição centrista para formar alianças com os socialistas e com vários outros partidos burgueses (Berstein, 1980, pp. 115-22; id., 1982, pp. 67-69; Florin, 1974, pp. 238-60). O objectivo de tais alianças eleitorais era aumentar a base de voto dos Radicais sem se recorrer a meios que fariam crescer a influência financeira dos grupos de interesse económicos. Após 1918 os Liberais alemães perderam a capacidade de acumular votos, capacidade essa que constituiria um modesto amortecedor da influência dos grupos económicos (Nipperdey, 1993, pp. 502 e 532).

### 3. *Incerteza na carreira política e a influência do dinheiro.*

A incerteza que os políticos enfrentavam relativamente ao seu recrutamento desempenhava um papel importante na determinação da capacidade dos empresários para exercer a sua influência financeira nos resultados políticos<sup>3</sup>. As contribuições financeiras não garantiam por si só os resultados, visto que os congressos do partido, as negociações de bastidores e os acordos no Parlamento entre os parceiros de coligação podiam facilmente inverter ou comprometer as promessas políticas informais que os dirigentes partidários faziam aos grupos de interesses. O grau de incerteza que os políticos enfrentavam acerca do seu recrutamento tinha importantes implicações na credibilidade que os grupos de interesse depositavam nos partidos e no empenho destes em cumprir as suas promessas políticas. Uma baixa incerteza na carreira política permitia aos grupos de interesses industriais fazer depender as suas contribuições financeiras da selecção dos seus candidatos. Esta oportunidade diminuía à medida que o processo de recrutamento se tornava mais incerto. Ou seja, a incerteza na carreira determinava a eficácia da aplicação do dinheiro dos grandes empresários no controlo directo do processo de decisão interno do partido. Por consequência, afectava a autonomia de decisão política dos partidos liberais e a sua capacidade para delinear programas económicos que distribuísem equitativamente os custos da deflação.

A baixa incerteza na carreira política em Weimar facilitou grandemente os esforços dos grupos de interesses industriais em fazer o DDP e o DVP cumprirem as suas promessas. Esta baixa incerteza na carreira política era o resultado de três mecanismos eleitorais. O mais importante era a magnitude dos círculos, que se refere ao número médio de lugares disponíveis em cada uma das divisões eleitorais (Rae, 1967; Katz, 1980). A grande dimensão dos círculos eleitorais na República de Weimar (cada um elegia 18 lugares) ajudava a centralizar o processo de selecção dos candidatos e criava longas listas eleitorais com inúmeros lugares seguros. Dava, portanto, aos dirigentes partidários um considerável controlo sobre a entrada e reentrada de candidatos. A estrutura de votação categórica e a lista de ajustamento nacional reforçavam este efeito. A estrutura das votações tem importantes consequências na fase de seriação no processo de recrutamento. Determina se a seriação pertence ao processo de selecção controlado pelo partido ou se se torna parte do processo eleitoral controlado pelos eleitores. As votações categóricas, ao contrário das votações ordinais, negam aos eleitores a oportunidade de diferenciar entre candidatos do mesmo partido e, por isso, afastam qualquer incentivo para os candidatos se tornarem mais activos (Katz, 1986). As listas de ajustamento nacional, por sua vez, asseguravam virtualmente

a eleição de qualquer pessoa seleccionada para um dos seus lugares. Estes lugares eram seguros porque eram atribuídos através dos votos que sobravam, reciclados dos distritos eleitorais normais e, portanto, a salvo das flutuações da votação. Os lugares de ajustamento nacional (*national adjustment seats*) contribuíam especialmente para reduzir a incerteza na carreira em partidos pequenos como os dois partidos liberais; 54,8 por cento dos deputados do DDP e 40,5 por cento dos do DVP eram eleitos através dos lugares de ajustamento nacional.

Os dirigentes do DDP e do DVP depressa responderam à possibilidade de reduzir a incerteza na sua carreira. O executivo nacional e os dirigentes regionais do partido retiraram o controlo sobre o recrutamento dos candidatos às delegações locais. Ao fazê-lo, desrespeitavam as provisões dos estatutos dos partidos que procuravam preservar a prática, anterior à Guerra, de deixar às delegações locais a selecção dos candidatos (Albertin, 1972, pp. 93-98 e 151-52; Schneider, 1978, pp. 213-22). No entanto, ao tentarem reduzir a sua incerteza na carreira, os dirigentes dos partidos liberais inadvertidamente fizeram pender o equilíbrio político interno do partido das classes médias para os grupos de interesses industriais.

Ao centralizarem o recrutamento dos candidatos, os dirigentes do DDP e do DVP facilitaram aos interesses económicos a extensão da sua influência financeira nos processos de decisão interna do partido. Vários dirigentes dos partidos queixaram-se repetidamente que esta influência dos grupos de interesse financeiros enfraquecia a sua capacidade de efectivamente responder às preferências dos eleitores. Em 1924 um documento interno do DDP afirmava que «é inaceitável que um partido político deva a sua existência aos cofres de uns poucos grupos de interesses que sem piedade exercem o seu poder na nomeação de candidatos e abandonam o partido quando este não lhes satisfaz as mais pequenas exigências» (Schneider, 1978, p. 73). Num tom semelhante, o dirigente do DVP, Streseman, advertia para o perigo de «os interesses capitalistas ganharem uma influência excessiva na formação do Reichstag», e ia mesmo ao ponto de recomendar um financiamento público dos partidos para melhor proteger a autonomia política dos partidos (Pollock, 1931, p. 253). Os eleitores da classe média estavam igualmente conscientes da infiltração dos grupos de interesses industriais no DDP e no DVP, assunto largamente coberto pela imprensa (Pollock, 1931, p. 251).

A baixa incerteza na carreira política em Weimar ampliava assim a influência financeira já considerável dos grandes empresários, ao tornar possível o cálculo do preço da selecção dos candidatos e deste modo permitir trocas de favores específicos. Os grupos de interesses podiam fixar as suas contribuições de acordo com uma determinada seriação dos candidatos, de um lugar na lista

de ajustamento nacional ou de selecções múltiplas. Além disso, assegurar a eleição dos seus representantes permitia aos grandes empresários investir as suas contribuições financeiras num empenho político mais firme. Estes representantes podiam zelar pelo cumprimento das promessas políticas iniciais dos dirigentes do partido liberal. Podiam também servir de instrumentos de sanção no parlamento ao ameaçarem quebrar a disciplina partidária ou transferir-se para outro partido. A baixa incerteza da carreira em Weimar aumentava assim, claramente, a influência política das já substanciais contribuições financeiras dos grupos de interesses.

As monografias de partidos fornecem-nos provas bastantes deste aumento de influência política. Os grupos de interesses canalizavam directamente as contribuições financeiras para as organizações regionais que se mostrassem mais dispostas a seleccionar os seus candidatos. Faziam igualmente depender o montante das suas contribuições do número de candidatos que pudessem escolher e do lugar na lista em que seriam colocados (Schneider, 1978, p. 72; Albertin, 1972, pp. 189-90). Em 1924 a Associação Central de Grossistas Alemães prometeu 250 mil Reichsmark ao DDP em troca da selecção do seu representante. A Associação, contudo, reduziu a sua contribuição para 50 mil Reichsmark depois de o DDP ter colocado o candidato em quinto lugar em vez de quarto, como inicialmente fora acordado (Jones, 1988, p. 218).

A influência política dos grupos de interesses industriais tornou o DDP e o DVP timoratos na selecção de candidatos novos ou dissidentes. Nenhum dos partidos seleccionou candidatos reformistas apoiados por activistas ou candidatos dos colarinhos brancos ou da classe média baixa que mais fielmente representariam as principais clientelas eleitorais dos dois partidos (Albertin, 1972, p. 165). Recusaram também os pedidos da maior associação representativa das vítimas da inflação, a Associação Protectora dos Detentores de Hipotecas e de Poupanças (*Hypotheken – Gläubiger und Sparererschutzverband*), para seleccionar alguns dos seus candidatos (Jones, 1988, p. 236). A baixa incerteza na carreira fez com que os políticos liberais fossem ainda timoratos de outra forma. Ao garantirem lugares aos membros do executivo nacional, cortaram a relação eleitoral entre candidatos e votantes. Isto tornou os candidatos muito avessos ao risco e conduziu-os a concentrarem as suas energias políticas na obtenção de uma boa posição nas listas, em vez de tentarem melhorar a competitividade eleitoral geral. Os candidatos liberais mostravam-se tão desinteressados nas campanhas, que em 1927 o DDP os obrigou a realizar um número mínimo de discursos eleitorais (Schneider, 1978, p. 70).

A alta incerteza na carreira política na Terceira República limitou gravemente a capacidade do Parti radical de controlar a entrada e reentrada dos candidatos.

A pequena dimensão dos círculos eleitorais descentralizava o processo de recrutamento dos candidatos e privava os dirigentes partidários de posições seguras na lista. Mais importante do que isso, a incapacidade dos dirigentes partidários em controlar as carreiras eleitorais limitava a capacidade dos empresários de estender a sua já limitada influência política à escolha dos candidatos. As monografias sobre o Parti radical são surpreendentes pelas poucas referências que fazem ao envolvimento da UIE e do Comité Masceraud no processo de recrutamento dos candidatos e na formulação das políticas económicas. Estes dois grupos de interesses podiam apenas usar a sua influência financeira para fazer um *lobbying* discreto por candidatos a quem davam as suas preferências e não podiam exigir a selecção de candidatos escolhidos a dedo (Larmour, 1964, p. 178; Schlesinger, 1974, pp. 478-80). Abstinham-se de influenciar o próprio processo de recrutamento e concentravam as suas actividades no *lobbying* dos candidatos (Berstein, 1980, p. 158). A UIE, por exemplo, formulava um programa económico bastante geral e dava contribuições aos candidatos que promettessem apoiá-lo (Pollock, 1931, pp. 303-9). Limitando-se ao *lobbying*, a UIE e o Comité Masceraud não possuíam o controlo directo e político do interior do partido que os seus congéneres alemães detinham. Não podiam sublinhar as suas exigências económicas com a ameaça de usar os seus candidatos para quebrar a disciplina partidária ou aderir a outro partido. A influência da UIE e do Comité Masceraud estava, portanto, limitada à pressão de *lobbying* mediante contribuições financeiras.

O recrutamento de candidatos nas eleições de 1924 ilustra a influência política limitada que a UIE e o Comité Masceraud extraíam das suas contribuições financeiras. A perspectiva de uma aliança eleitoral entre os Radicais e a SFIO mobilizou os grupos económicos como nunca até aí. Para além disso, o sistema eleitoral híbrido de 1919-24 facilitava a tarefa da UIE e do Comité Masceraud porque a maior dimensão dos círculos (6,5 vezes) reduzia a incerteza da carreira política e, de certa forma, facilitava à UIE e ao Comité a oposição à formação iminente do Cartel des Gauches. No entanto, apesar desta circunstância favorável, os esforços dos empresários em pressionar os candidatos que apoiavam financeiramente para não se juntarem às listas da SFIO falharam (Berstein, 1980, p. 158). Em retaliação, a UIE criou um novo partido, a Fédération française des comités républicain radical et radical socialiste, através do qual esperava nomear no futuro os seus candidatos. A Fédération rapidamente se dissolveu e obrigou a UIE a voltar à sua antiga estratégia de *lobbying* (Berstein, 1980, p. 377).

A alta incerteza na carreira eleitoral preservou o equilíbrio político dos Radicais, não só por limitar a influência dos grupos de interesses, mas também

por preservar a vitalidade das organizações locais. Ao manter a um nível local a importante tarefa de recrutamento dos candidatos, os mecanismos eleitorais franceses protegeram a autonomia das delegações locais dos Radicais, os bastiões de facções cujas opiniões políticas reflectiam de perto as preocupações dos eleitores da classe média (Bardonnet, 1960, pp. 148-49n; Berstein, 1982, p. 129; Larmour, 1964, p. 178). Os Jovens Turcos formavam a facção dissidente mais promissora. Os seus porta-vozes (E. Roche, Matinaud-Deplat, J. Zay, J. Kayser, E. Pfeiffer, P. Cot, P. Mendès-France e B. de Jouvenel) defendiam uma colaboração estreita com a SFIO, criticavam os grupos de interesses económicos e representavam em geral os interesses da pequena burguesia (Burrin, 1987, p. 33; Bouet, 1996, pp. 126-27; Schlesinger, 1974, pp. 478-84). Embora a plataforma política dos Jovens Turcos tenha gerado a ira dos grupos de interesses económicos, a alta incerteza da carreira dificultou muito a estes grupos a oposição à sua selecção como candidatos.

Os Jovens Turcos foram importantes de outra maneira. Provocaram uma modernização das estratégias de campanha dos Radicais. Desempenharam um papel relevante na mudança da plataforma política do seu partido dos temas universalistas culturais e constitucionais para os interesses económicos mais sectoriais. Um dos seus activistas reconhecia que «o momento das grandes batalhas anticlericais já passou... chegou o momento das grandes batalhas sociais» (Bardonnet, 1960, pp. 177-78, Berstein, 1982, p. 99, citação).

Além disso, a continuada importância política das organizações locais ajudou a mobilizar activistas sintonizados com as preferências dos eleitores da classe média e menos motivados por interesses carreiristas. Comparada com o DDP ou o DVP, a sua influência era bastante mais visível e permitiu preservar o equilíbrio político dos Radicais. Em 1926, por exemplo, activistas forçaram Herriot a abandonar a direcção do partido por ter apoiado o programa de estabilização de Poincaré, visto como demasiado favorável ao grande empresariado. Transferiram o seu apoio para Daladier, que fez campanha em 1928 contra Poincaré, acusando-o de ser «um instrumento de poderosos interesses económicos». Este episódio não pretende sugerir que o Parti radical sempre defendeu os interesses do «homem simples» contra os dos grandes empresários. Muitos deputados, por exemplo, dissociaram-se discretamente da posição antigrupos económicos de Daladier depois de o programa deflacionista de Poincaré se ter mostrado bem sucedido e popular (Schlesinger, 1974, pp. 480-85). Este episódio, contudo, serve para ilustrar a ideia de que o Parti radical preservou a sua autonomia política e representava tanto as preferências da sua clientela de classe média como as da sua clientela de industriais. Evitou claramente tornar-se num *Bonzenpartei*.

#### 4. *Voto estratégico e influência dos votos.*

Os eleitores de classe média eram espectadores silenciosos das maquinações e negociações internas ao partido e entre os dirigentes liberais e os grupos de interesses económicos. Como consumidores, detentores de títulos da dívida pública, pensionistas ou pequenos comerciantes, faltava-lhes a coesão organizativa e a influência financeira que permitiam aos grandes empresários fazer *lobbying* junto dos dirigentes liberais. Além disso, os partidos liberais não recrutavam uma vasta massa de militantes que pudesse contrabalançar a influência dos grupos de interesses económicos. Consequentemente, a mesa de voto fornecia a oportunidade mais importante, embora apenas indirecta e retroactiva, de os eleitores da classe média influenciarem as escolhas programáticas dos partidos liberais. Possibilitava-lhes compensarem as suas desvantagens organizativas e financeiras com a sua superioridade numérica.

A influência política do largo número de eleitores da classe média dependia dos incentivos que os mecanismos eleitorais criavam para o voto estratégico. O voto estratégico é a votação feita após a avaliação combinada das perspectivas de vitória e da plataforma eleitoral de um candidato. É o oposto do voto sincero, no qual um eleitor escolhe um partido apenas na base de uma adesão política, e sem avaliar as suas possibilidades de vitória. O carácter mais ou menos estratégico do voto é o resultado directo do grau de imprecisão com que o processo eleitoral converte votos em mandatos parlamentares. Quanto mais imprecisa for essa conversão, mais natural será que os eleitores façam um voto estratégico para evitar um desperdício do seu voto num partido com perspectivas limitadas de vitória (Sartori, 1994, pp. 32-33; Cox, 1997). O voto estratégico faz aumentar a influência dos eleitores, pois transforma as eleições no que Popper designou como «dias de juízo final» (1988, p. 22). Torna as estratégias dos partidos muito interdependentes, já que o êxito de um partido está directamente ligado ao desaire do seu opositor. Esta interdependência estratégica aumenta a importância das modernas técnicas de campanha, porque estas permitem a rápida exploração dos erros cometidos pelos opositores e das oportunidades decorrentes de mudanças nas circunstâncias políticas. *O voto estratégico torna, assim, o comportamento político dos actores políticos extremamente dependente das preferências dos eleitores e das movimentações estratégicas dos seus opositores. Exerce um importante efeito multiplicador nas acções dos partidos, na medida em que a sua conduta será imediatamente influenciada por pequenas oscilações na opinião pública e nas estratégias dos outros partidos, ou por mudanças estruturais do ambiente político.*

A pequena dimensão dos círculos na Terceira República, bem como o elemento maioritário nas provisões relativas a alianças eleitorais usadas no sistema de 1919-24 (*listas aparentadas*)<sup>4</sup>, criaram fortes incentivos ao voto estratégico. Maximizaram a influência numérica dos eleitores da classe média e enfraqueceram a já limitada influência dos grupos de interesses económicos no interior dos partidos. A prova mais clara desta influência pode ser encontrada nas medidas deflacionistas que o governo do cartel liderado pelos Radicais desenvolveu em 1924-26. Estas medidas não se vinham juntar a um programa económico coerente ou bem definido, mas a sua incoerência reflectia o esforço dos Radicais em distribuir os custos da deflação da forma mais abrangente possível. O ministro das finanças radical M. Clémentel, por exemplo, declarou que o seu governo «decidiu extrair à riqueza e aos rendimentos estabelecidos a receita suplementar necessária ao equilíbrio do orçamento» (Haig, 1928, p. 108). Uma breve sinopse das políticas económicas dos Radicais ilustra bem como procuraram atingir este objectivo.

A medida mais significativa e controversa do programa económico dos Radicais era um imposto de capital. Esta nova contribuição fiscal seria imposta aos proprietários e aos industriais de forma a reduzir o défice orçamental e a financiar os títulos da dívida pública na mão da classe média (Haig, 1928, pp. 123-25). Os Radicais lutaram igualmente pela democratização do sistema fiscal, para distribuir os custos da deflação de uma forma mais alargada e justa. Tentaram mudar a sua base de receitas de impostos regressivos e indirectos para impostos directos mais progressivos. Defendiam um sistema fiscal mais progressivo (Schlesinger, 1978, pp. 220-23). Nos últimos dias do cartel, o ministro das finanças Caillaux, que pertencia à facção mais conservadora e pró-empresarial do partido, opôs-se ao imposto de capital e à democratização do sistema fiscal. Isto fá-lo-ia alvo de duras críticas no interior do partido. No congresso de 1925, em Nice, Caillaux foi acusado por alguns delegados de «ter sucumbido aos interesses financeiros. Em vez de, com toda a franqueza e convicção, pedir à riqueza estabelecida os necessários sacrifícios... propôs um aumento dos impostos... que pesará fortemente sobre os consumidores, os lojistas e os artesãos...» (Berstein, 1980, p. 414). Quando o congresso firmemente reafirmou o apoio do partido a um imposto de capital e a uma democratização do sistema fiscal, Caillaux demitiu-se (Nogaro, 1925, pp. 292-93).

Os Radicais também tentaram assegurar o seu apoio junto dos funcionários públicos, protegendo-os dos custos da deflação. O governo do cartel, por exemplo, não realizou os *lay offs* governamentais que os grandes empresários exigiam. Revogou medidas aprovadas pelo anterior governo conservador de Poincaré para eliminar a jornada de oito horas para os funcionários públicos e cortar um bilião

de francos na despesa administrativa (Schlesinger, 1978, p. 226; Haig, 1929, pp. 102-3). Até 1929 o Parti radical opôs-se igualmente a protecções ao comércio, que acreditava virem a beneficiar os grandes empresários e a prejudicar os pequenos consumidores (Berstein, 1978, pp. 76-88).

Estas e outras medidas não se vinham juntar a uma política macroeconómica coerente e acabaram por contribuir para o derrube do governo do cartel em 1926. Como afirma Maier, a incapacidade dos Radicais em formular uma tal política económica coerente reflecte em parte «a relação estreita entre deputados e clientelas eleitorais em França, mesmo sob o sistema proporcional modificado de 1919 e 1924, fazendo da mediação dos interesses locais uma das atribuições principais da Câmara» (Maier, 1975, p. 509). Na medida em que as políticas económicas radicais reflectiam mais considerações eleitorais limitadas do que uma saudável gestão económica, pode pelo menos ser-lhes atribuído o feito de terem minimizado eficazmente o conflito distributivo entre as suas fileiras.

Além de afectar as opções programáticas, o elevado grau de voto estratégico em França criava importantes incentivos aos Radicais para adoptarem técnicas de campanha modernas e para darem menos importância às suas tradicionais questões culturais e constitucionais. Estas questões reemergiram fugazmente durante os primeiros meses do primeiro governo do Cartel (Junho 1924-Abril 1925), quando Herriot retirou o novo embaixador no Vaticano e procurou aprofundar a separação entre a Igreja e o Estado na recentemente devolvida Alsácia-Lorena. Estas questões anticlericais, contudo, foram rapidamente substituídas por grandes debates no interior do partido acerca da forma de estabilização da economia (Berstein, 1980, pp. 407 e 416). Além disso, o estilo de campanha dos Radicais tornou-se mais pragmático após 1918, especialmente quando comparado com o do DDP e do DVP. Estavam conscientes que o anticomunismo, o nacionalismo e outras questões de grande carga emocional eram eficazes na mobilização de votos (Berstein, 1980, pp. 125-27). A partir de finais dos anos 20, o Parti radical também começou a estabelecer organizações auxiliares na mobilização mais eficaz de eleitores. A sede do partido designou funcionários a tempo inteiro para a organização das estratégias da propaganda nacional e para a coordenação das campanhas eleitorais locais. Distribuiu entre os comités locais pacotes que incluíam cartazes, publicações salientando realizações e futuros planos do partido e manuais com respostas prontas para as questões mais frequentemente levantadas (Schlesinger, 1974, p. 481; Berstein, 1982, pp. 83 e 90-91).

O baixo grau de voto estratégico na República de Weimar privou os eleitores da classe média alemã da influência eleitoral exercida pelos seus congéneres franceses. Não podiam traduzir a sua superioridade numérica num

mecanismo de sanção suficientemente eficaz para contrariar a influência dos grandes empresários. A maior dimensão dos círculos eleitorais e os lugares nas listas de ajustamento nacional contribuía para uma tal precisão na conversão de votos em lugares que os eleitores não possuíam quase nenhuma razão para votar de uma forma estratégica. Estes mecanismos eleitorais reduziram o valor marginal dos votos, ao torná-los mais decisivos nos ganhos e perdas relativos de lugares do que no sucesso ou insucesso dos candidatos individuais. Enfraqueceram a influência ratificadora que o mercado eleitoral oferecia aos eleitores da classe média e, por essa razão, reduziram a pressão que recaía sobre o DDP e o DVP no sentido de distribuírem mais equitativamente os custos da deflação e de modernizarem as suas práticas eleitorais.

Os efeitos do fraco voto estratégico em Weimar podem ser observados nas medidas de estabilização económica que o DDP e o DVP consideraram no início dos anos 20. As monografias históricas apontam para uma continuidade nos programas deflacionistas do DDP e do DVP durante este período e não indicam nenhuma mudança profunda em resposta à hiperinflação de 1923-24. É portanto lícito tomar as políticas económicas dos dois partidos em 1923-24, que as monografias estudam de forma bastante aprofundada, como representativas de todos os anos 20 (Jones, 1988, pp. 182-83; Maier, 1975).

Estas políticas ilustram a limitada influência dos votos da classe média. Reflectem claramente as preferências dos grandes empresários na estabilização da economia através do corte drástico de despesas governamentais e da redução dos impostos sobre as empresas. Em Outubro de 1923, o governo de Stresemann procurou reduzir o défice do orçamento com o *lay off* de funcionários públicos e o congelamento dos seus salários. Cerca de 750 mil funcionários públicos perderam o emprego em resultado das subsequentes medidas de estabilização (Jones, 1988, p. 210; Brustein, 1996, p. 77). Respondeu também favoravelmente às antigas exigências dos grandes empresários para acabar com a jornada de oito horas e isentou-os dos aumentos de impostos que recaíam sobre os proprietários e os pequenos comerciantes (Jones, 1988, pp. 210 e 218; Fritzsche, 1990, pp. 95-96). Além disso, Stresemann introduziu um elaborado sistema de controlo de preços para fazer face à inflação, apesar de este sistema ter prejudicado de uma forma desproporcionada os artesãos e os pequenos comerciantes que não podiam fazer passar a inflação para os consumidores (Fritzsche, 1990, p. 97). Finalmente, o DDP e o DVP rejeitaram os pedidos da Associação Protectora dos Detentores de Hipotecas e de Poupanças e de outras associações da classe média para a revalorização das hipotecas e outras dívidas. Em 1925 a Lei de Revalorização de Hipotecas revalorizou as dívidas apenas em 15 por cento e isentou todas as dívidas governamentais até ao cumprimento do pagamento das

reparações (Jones, 1988, p. 211; Southern, 1981, p. 66). Jones tem, portanto, razão quando conclui que «em muitos aspectos a estabilização do marco... mostrou-se tão destrutiva quanto a inflação descontrolada do início dos anos 20 (...) Os partidos liberais alemães comprometeram-se definitivamente com a sua incapacidade de protecção dos interesses da classe média durante o processo de estabilização» (Jones, 1988, p. 208).

Os anos que vão de 1924 a 1930 fornecem provas acrescidas das consequências da fraqueza do voto estratégico em Weimar. Durante este período, os dirigentes do DDP e do DVP não conseguiram responder à fuga acelerada dos seus eleitores das classes médias, que as suas anteriores políticas económicas haviam já afastado. Os primeiros sinais deste afastamento tinham emergido em 1922, quando a Associação Protectora dos Detentores de Hipotecas e de Poupanças fora formada. A Associação obrigou os partidos liberais a defender a reavaliação das dívidas e a acabar com o pagamento das hipotecas e dos empréstimos com uma moeda sem qualquer valor. Durante os seus primeiros dois anos a Associação funcionou como um vulgar grupo de pressão, mas por volta de 1924 alguns dos seus membros estavam tão desencantados com o DDP e o DVP que fundaram os seus próprios partidos. Durante o ano de 1924 a Liga Militante dos Pedintes (Kampfbund der Geusen), o Partido Alemão da Revalorização e da Recuperação (Deutsche Aufwertungs – und Aufbaupartei) e o Partido da Revalorização e da Reconstrução (Aufwertungs – und Wiederaufbaupartei) foram formados a tempo de concorrerem às eleições de Dezembro. Sem uma boa organização, estes partidos ganharam apenas umas centenas de milhares de votos. Mas estes votos reflectiam uma deserção em larga escala dos eleitores para outros partidos, como o Partido Económico e a Liga Camponesa Bávara (Bayerische Bauernbund). Todos estes partidos criticavam alto e bom som o DDP e o DVP, por serem *Bonzenparteien* e por defenderem políticas económicas que ignoravam os interesses do homem simples (Jones, 1988, pp. 253-302). O sucesso inicial deste tipo particular de partidos de interesses foi, claro está, um subproduto da reduzida importância do voto estratégico em Weimar, que facilitava a presença eleitoral de partidos pequenos e novos.

A fraqueza do voto estratégico em Weimar afectou não apenas as opções programáticas do DDP e do DVP, mas também os seus estilos de fazer campanha. O sucesso dos novos partidos que representavam interesses específicos ilustrava a eficácia da mobilização de eleitores em torno de interesses económicos circunscritos (Jones, 1988, p. 31). No entanto, os dois partidos liberais não aprenderam com esta lição. Continuaram a apresentar-se como partidos representantes do interesse nacional (*Gesamtinteressenparteien*) e continuaram a encarar a política nos velhos termos universalistas e racionalistas (Jones, 1988, p. 252).

Em 1926, o secretário-geral do DVP, Gustav Streseman, queixava-se que «a coisa mais preocupante na actual situação alemã é a tendência para a sobrevalorização dos aspectos puramente económicos e profissionais da luta política (...) Mas... o cimento espiritual necessário à fusão destes elementos num todo orgânico dinâmico [está] infelizmente ausente» (Jones, 1988, p. 265). Streseman e os dirigentes do DDP demoraram muito tempo a perceber que a política de massas e os conflitos distributivos causados pela inflação do pós-guerra tinham para sempre pulverizado este cimento espiritual. Em vez de aceitarem esse facto, o DDP e o DVP tentaram mudar o foco da campanha de 1928, das questões económicas para questões como a reforma educativa, a defesa do sistema republicano e a reforma da estrutura do estado federal (Jones, 1988, p. 299; Fritzsche, 1990, p. 139). Estas políticas não tiveram qualquer eco. Um jornal local lamentava: «quem é que na província quer ouvir falar da questão da bandeira, da política educativa, da República em perigo? Primeiro o pão, depois a política» (Fritzsche, 1990, p. 110). E não conseguiram perceber quão estranha esta retórica universalista deveria soar aos ouvidos dos eleitores, conhecedores da cooptação dos dois partidos pelos grandes empresários.

O DDP e o DVP não conseguiram modernizar os elementos mais básicos do seu estilo de fazer campanha. As suas campanhas só começavam uma semana ou duas antes das eleições, recorriam pouco à mobilização das massas e assentavam mais na personalidade dos seus dirigentes do que em questões emocionais ou militantes. O DDP e o DVP recusaram assim uma actividade eleitoral contínua e militante que procurasse capitalizar as oportunidades políticas em mudança durante e entre as eleições. Preferiam, em vez disso, o que Fritzsche denominou como um estilo de política comemorativo. Esta designação remete para a propensão dos Liberais alemães para se encontrarem em círculos pequenos, e muitas vezes fechados, e para comemorarem os acontecimentos históricos importantes, em vez de tomarem posição acerca de acontecimentos actuais ou de explorarem os erros dos seus opositores (Fritzsche, 1990, p. 137; Jones, 1985, p. 31; id., 1986, pp. 204-6).

##### 5. *Implicações para a abordagem histórica institucionalista.*

A análise a que procedemos demonstrou que as instituições afectaram o desenvolvimento dos partidos liberais franceses e alemães. Este facto tem implicações potencialmente mais amplas para o estudo do desenvolvimento dos partidos noutros países democráticos, bem como para a análise institucional em geral.

Na maior parte dos países democráticos, os actores políticos, como os Liberais franceses e alemães, enfrentam conflitos internos relativos à distribuição dos custos da expansão dos mercados e reagem a ambientes políticos em permanente mutação com práticas organizativas antiquadas e instrumentos políticos datados. No entanto, a literatura existente sobre o desenvolvimento dos partidos tem prestado pouca atenção à forma como eles respondem a esses desafios. Em vez disso, analisa a forma como os sistemas partidários evoluem a partir de certas clivagens sociais e em que medida os partidos se institucionalizam (Lipset e Rokkan, 1967; LaPalombara e Weiner, 1966; Dix, 1992; Mainwaring e Scully, 1995). Estas abordagens não estudam os processos de decisão política internos, nem os factores institucionais que os estruturam. A literatura existente, por essa razão, fornece uma explicação insuficiente para o processo político concreto que conduz ao desenvolvimento de partidos disciplinados, sensíveis às pretensões dos seus eleitores, e de sistemas partidários competitivos<sup>5</sup>.

Este artigo seguiu de perto o exemplo dado pelos institucionalistas históricos, de combinação de factores institucionais e históricos, sem reflectir acerca das implicações teóricas da endogeneização das contingências históricas. Os institucionalistas históricos nem sempre dão uma atenção suficiente a este aspecto. Têm sido explícitos na rejeição das generalizações de carácter nomotético e predictivo, sem terem explicado, para além de algumas referências a teorias de médio alcance, como o seu objecto centrado na história e nas instituições difere fundamentalmente do velho modelo de história política (Thelen e Steinmo, 1992, pp. 13-16).

Uma forma possível de superar essa lacuna estará na utilização dos resultados dos recentes esforços de psicólogos cognitivos, sociólogos e economistas para desenvolver uma abordagem teórica do que definem como explicações assentes em mecanismos. O objectivo destas explicações é a construção de generalizações acerca dos vários mecanismos causais, sem a pretensão de estabelecer leis universais (Edstrom e Swedber, 1988). «Para explicar um acontecimento... convoca-se um acontecimento anterior [isto é, uma contingência histórica] como causa do acontecimento que queremos explicar, e faz-se uma análise do mecanismo causal que une os dois acontecimentos» (Elster, 1989, p. 3). O que torna esta abordagem atractiva é o facto de permitir uma reflexão mais sistemática acerca do tipo de teoria de médio alcance com a qual os institucionalistas históricos operam. Oferece em particular um modelo explicativo que permite, de modo selectivo, formular generalizações sobre as variáveis (ou mecanismos) individuais, ao mesmo tempo que concede a devida atenção às contingências históricas.

Neste artigo, os procedimentos eleitorais constituem o mecanismo causal

que liga as contingências históricas (isto é, a política de massas e a inflação do pós-guerra) com um resultado particular (ou seja, o desempenho eleitoral dos partidos liberais). Apenas constituem um mecanismo, e não uma lei, porque pouco nos dizem acerca dos processos históricos, como a política de massas e a inflação, que transformaram as preferências dos eleitores e dos empresários. Como Immergut disse, «os actores formulam os seus objectivos, desejos e ideias independentemente das instituições. As instituições tornam-se relevantes apenas em cálculos estratégicos sobre a melhor forma de atingir um dado interesse» (1992, pp. 84-85). Estes factores históricos não-institucionais são não-sistemáticos e contingentes. Não podem, porém, ser ignorados como se fossem ruído de fundo, porque interagem com incentivos e constrangimentos institucionais «trans-históricos». A história molda assim o lado da procura da política eleitoral (isto é, as preferências dos actores), enquanto os mecanismos eleitorais estruturam o lado da oferta (isto é, as estratégias dos actores). Este artigo sublinha a ideia de que os mecanismos em si mesmos constituem variáveis sistemáticas com propriedades potencialmente generalizadoras, mas sobretudo que os mecanismos constituem condições necessárias que precisam de ser configuradas com outras variáveis historicamente contingentes e, por isso mesmo, teoricamente menos prometedoras<sup>6</sup> (Katznelson, 1997).

Para os institucionalistas históricos, o interesse da análise dos mecanismos causais reside na possibilidade de deslocar o debate para lá da dicotomia improdutivo entre teorização axiomática e narração desprovida de teoria. Fá-lo, questionando a assunção de que uma explicação tem que se conformar na sua totalidade com uma única lógica explicativa. Em vez disso abre a possibilidade de pensar sobre o potencial teórico das variáveis (ou mecanismos) individuais. Permite, por exemplo, especificar se as acções, instituições ou estruturas socio-económicas correspondem a uma lógica axiomática generalizável ou a uma lógica narrativa, e analisar o modo como se configuram num modelo explicativo geral. A análise de mecanismos causais permitirá, portanto, aos institucionalistas históricos tomarem maior consciência do modo como lidam com a interacção entre factores institucionais e históricos.

1 Estas limitações são tratadas por Sartori (1968) e Kitschelt (1994).

2 Turner (1984) afirma que a historiografia alemã geralmente sobreavalia a coesão organizativa do empresariado.

3 A literatura política americana acerca do carreirismo político e a incerteza na carreira política é muito vasta. A análise seguinte baseia-se directamente em Mayhew (1974), Canon (1990) e Epstein, Brady *et al.* (1997).

- 4 O sistema eleitoral de 1919-24 concedia todos os lugares num círculo às alianças eleitorais (*apparentement*) que conseguissem mais de 50 por cento dos votos. Se nenhuma aliança passasse o limiar dos 50 por cento, os lugares seriam concedidos proporcionalmente. Este bônus maioritário enfraqueceu significativamente o efeito proporcional do sistema eleitoral de 1919-24 e transformou-o num sistema misto *de facto*.
- 5 Kalyvas (1996) é um exemplo excelente, mas raro, de como evitar estas falhas.
- 6 A ideia para tal análise configurativa é de Ira Katznelson.

- Albertin, Lothar, 1972, *Liberalismus und Demokratie am Anfang der Weimarer Republik*, Düsseldorf, Droste Verlag.
- 1981, «Der unzeitige Parlamentarismus der Liberalen», in Lothar Albertin e Werner Link, eds., *Politische Parteien auf dem Weg zur parlamentarischen Demokratie in Deutschland*, Düsseldorf, Dorste Verlag, pp. 31-62.
- Bardonnnet, Daniel, 1960, *Évolution de la Structure du Parti Radical*, Paris, Éditions Montechretien.
- Berstein, Serge, 1978, «Les conceptions du parti radical en matière politique économique extérieur», in *Relations Internationales*, 13 (Spring), pp. 71-89.
- 1980, *Histoire du Parti Radical*, vol. 1, Paris, Presse de FNSP.
- 1982, *ibid.*
- Bouet, Aurélien, 1996, «Jacques Kayser. Un radical de gauche», in *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 43/1, pp. 119-36.
- Brustein, William, 1996, *The Logic of Evil. The Social Origin of the Nazi Party, 1925-1933*, New Haven, Yale University Press.
- Burrin, Philippe, 1986, *La Dérive fasciste: Doriot, Déat, Bergery 1933-45*, Paris, Éditions du Seuil.
- Canon, David, 1990, *Actors, Athletes and Astronauts. Political Amateurs in the US Congress*, Chicago, University of Chicago Press.
- Cox, Gary, 1997, *Making Votes Count. Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Dix, Robert, 1992, «Democratization and the Institutionalization of Latin American Political Parties», in *Comparative Political Studies*, 24/4 (January), pp. 488-511.
- Duverger, Maurice, 1951, *Les Partis Politiques*, Paris, Armand Colin.
- Epstein, David; David Brady; Sadafumi Kawato, e Sharyn O'Halloran, 1997, «A Comparative Approach to Legislative Organization: Careerism and Seniority in the United States and Japan», in *American Journal of Political Science*, 41/3 (July), pp. 965-88.
- Elster, Jon, 1989, *Nuts and Bolts for the Social Sciences*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Florin, Jean-Pierre, 1974, «Le Radicalism-Socialism dans le Département du Nord (1914-36)», in *Revue française de Science Politique*, 24/2 (April), pp. 236-76.
- Fritzsche, Peter, 1990, *Rehearsal for Fascism*, New York, Oxford University Press.
- Haig, Robert, 1929, *The Public Finances of Postwar France*, New York, Columbia University Press.

- Hedström, Peter, e Richard Swedberg, 1998, *Social Mechanisms. An Analytical Approach to Social Theory*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Immergut, Ellen, 1992, «The Rules of the Game: The Logic of Health Policy-Making in France, Switzerland and Sweden», in Sven Steinmo, Kathleen Thelen, e Frank Longstreth, eds., *Structuring Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 57-89.
- Jones, Larry Eugene, 1974, «The Crisis of White Collar Interest Politics», in Hans Mommsen, Dietmar Petzina, e Bernard Weisbrod, eds., *Industrielles System und politische Entwicklung in der Weimarer Republik*, Düsseldorf, Droste Verlag, pp. 811-22.
- 1985, «In the Shadow of Stabilization: German Liberalism and the Legitimacy Crisis of the Weimar Party System 1924-1930», in Gerald Feldman, ed., *Die Nachwirkungen der Inflation auf die deutsche Geschichte, 1924-33*, Munich, Oldenburg, pp. 21-42.
- 1988, *German Liberalism and the Dissolution of the German Party System, 1918-33*, Chapel Hill, North Carolina University Press.
- Kalyvas, Stathis, 1996, *The Rise of Christian Democracy*, Ithaca, Cornell University Press.
- Katz, Richard, 1980, *A Theory of Parties and Electoral Systems*, Baltimore, John Hopkins University Press.
- 1986, «Intraparty Preference Voting», in Bernard Grofman e Arend Lijphart, eds., *Electoral Laws and their Political Consequences*, New York, Agathon Press, pp. 85-103.
- Katznelson, Ira, 1997, «Structure and Configuration in Comparative Politics», in Mark Lichbach e Alan Zuckerman, eds., *Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 81-131.
- Keiger, J. K. V., 1997, *Raymond Poincaré*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Kitschelt, Herbert, 1994, *The Transformation of European Social Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Lachs, Fritz, 1927, «Parteien und Wirtschaftsverbände im modernen Frankreich», in *Archiv für Politik und Geschichte*, 9/2, pp. 110-24.
- LaPalombara, Joseph, e Myron Weiner, 1996, eds., *Political Parties and Political Development*, Princeton, Princeton University Press.
- Larmour, Peter, 1964, *The French Radical Party in the 1930s*, Stanford, Stanford University Press.
- Lipset, Seymour M., e Stein Rokkan, eds., 1967, «Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignment: An Introduction», in *Party Systems and Voter Alignments*, New York, Free Press, pp. 1-64.
- Maier, Charles, 1975, *Recasting Bourgeois Europe. Stabilization in France, Germany and Italy in the Decade after World War I*, Princeton, Princeton University Press.
- Maier, Charles, 1987, in *Search of Stability*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Mainwaring, Scott e Timothy Scully, eds., 1995, «Introduction», in *Building Democratic Institutions. Party Systems in Latin America*, Palo Alto, Stanford University Press.
- Mayhew, David, 1974, *Congress: the Electoral Connection*, New Haven, Yale University Press.
- Matthias, Erich, e Rudolf Morsey, eds., 1960. «Die deutsche Staatspartei», in *Das Ende der Partei*, Düsseldorf, Droste, pp. 31-97.
- Nipperdey, Thomas, 1961, *Die Organisation der deutschen Parteien vor 1918*, Düsseldorf, Droste.

- 1993, *Deutsche Geschichte 1966-1918*, vol. II, Munich, C. H. Beck.
- Nogaro, B., 1925, «La politique financière du Parti radical», in *Revue politique et parlementaire* (Novembro).
- Paxton, Robert, 1997, *French Peasant Fascism. Henry Dorgères's Greenshirts and the Crisis of French Agriculture, 1929-39*, Oxford, Oxford University Press.
- Pollock, James, 1932, *Money and Politics Abroad*, New York, Knopf.
- Popper, Karl, 1988, «The Open Society and Its Enemies Revisited», in *Economist* (April, 23), pp. 19-22.
- Rae, Douglas, 1967, *The Political Consequences of Electoral Laws*, New Haven, Yale University Press.
- Sartori, Giovanni, 1969, «From the Sociology of Politics to Political Sociology», in Seymour Martin Lipset, ed., *Politics and the Social Sciences*, New York, Oxford University Press, pp. 65-100.
- 1994, *Comparative Constitutional Engineering*, New York, NYU Press.
- Schlesinger, Mildred, 1974, «The Development of the Radical Party in the Third Republic: The New Radical Movement 1926-32», in *Journal of Modern History*, 46, pp. 476-501.
- 1978, «The Cartel des Gauches: Precursor of the Front Populaire», in *European Studies Review*, 8/2 (April), pp. 211-35.
- Schneider, Werner, 1978, *Die deutsche Demokratische Partei in der Weimarer Republik, 1925-30*, München, Fink.
- Schuker, Stephen, 1976, *The End of French Permanence in Europe: The Financial Crisis of 1924 and the Negotiation of the Dawes Plan*, Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- Sheehan, James, 1978, *German Liberalism in the 19<sup>th</sup> Century*, Chicago, Chicago University Press.
- Simmons, Beth, 1994, *Who Adjusts? Domestic Sources of Foreign Economic Policy During the Interwar Years*, Princeton, Princeton University Press.
- Southern, David, 1981, «The Impact of Inflation: Inflation, the Courts and Revaluation», in Richard Bessel e E. J. Feuchtwanger eds., *Social Change and Political Development in Weimar Germany*, Totowa, Croom Helm, pp. 55-77.
- Thelen, Kathleen, Sven Steinmo e Longstreth, Frank, eds., 1992, «Historical Institutionalism in Comparative Politics», in *Structuring Politics*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-32.
- Turner, Henry A., 1984, *German Big Business and the Rise of Hitler*, Oxford, Oxford University Press.

[Tradução do inglês por Marta Benamor Duarte]